

TAXA PAGA



Blumenau em cadernos

TOMO XIII ★ SETEMBRO DE 1972 ★ Nº. 9

CANTO DOS COOPERADORES

Esta publicação pode sobreviver graças
à generosa contribuição dos seguintes
cooperadores

Cremer S/A. - Produtos Têxteis e Cirúrgicos

Centrais Elétricas de Santa Catarina S/A.

Tabacos Blumenau S/A.

Indústrias Têxteis Companhia Hering S/A.

Artex S/A.

Dr. Henrique Hacker - Blumenau

José Sanches Júnior - São Paulo

Prefeitura Municipal de Blumenau

Companhia de Cigarros Souza Cruz

Emprêsa Industrial Garcia S/A.

Arthur Fouquet - Blumenau

Banco Brasileiro de Descontos S/A.

Tecelagem Kühnrich S/A.

Electro Aço Altona S/A.

Distribuidora Catarinense de Tecidos S/A.

Fundação Teófilo Zadrozny

Felix Hauer - Curitiba

Conrado Hildefonso Sauer - Rio de Janeiro

Fritz Kühnrich - Blumenau

Blumenau

em Cadernos

TOMO XIII

Setembro de 1972

Nº. 9

Estante Catarinense

Por CARLOS BRAGA MUELLER

NEM DEUSES NEM ASTRONAUTAS - A. Seixas Netto - Florianópolis
SC - 1972

O autor, bastante conhecido pelas suas acertadas previsões do tempo, é um estudioso dos astros e da meteorologia. E também do folclore catarinense.

Sobre a ciência dos astros e sobre as coisas tradicionais da terra barriga-verde Seixas Netto dedica a maior parte dos seus escritos.

E de tanto ler livros que tratam de deuses e astronautas, de passados misteriosos que pretendem ser desvendados pelas férteis imaginações de alguns escritores, Seixas Netto resolveu romper a barreira de sua tolerância.

Escreveu então este livro, que é um desabafo, no qual critica acerbamente as obras que nestes últimos tempos tem proliferado nas livrarias, tornando-se mesmo verdadeiros "best-sellers" no mundo inteiro.

Seixas Netto tem uma característica no seu modo de escrever: não rebusca meio-termos; vai direto ao assunto, usando palavras até de gíria, se necessário.

Vejam como inicia o seu livro:
"Há, neste quase final de século, uma

verdadeira PRAGA (o grifo é nosso) de livros sobre Arqueologia e “mistérios antigos”; todavia, que tenho notado, é um nunca cessar de repetir idéias, conceitos e clichês; nada de cultura, nada de análise, nada de sólido argumento, nada de engenhosidade e pensamento; são uns LIVRE-COS (novo grifo nosso) CHÓCHOS como laranja seca....”.

Sobre a obra de Erich von Däeniken, “Eram os Deuses Astronautas?”, Seixas Netto diz que é um livro que só pergunta. Não diz simplesmente nada. Para ser mais preciso, esclarece ao leitor que se trata de uma “coletânea de 323 perguntas, todas lançadas a esmo e todas elas, o que é importante, sem a necessária ou simples resposta”.

Sobre as gravuras rupestres encontradas em Catimbaú, Buique, Pernambuco, Seixas Netto faz várias apreciações, inclusive ilustradas, comparando as citadas gravuras com “astronautas”, “máquinas voadoras”, etc., tudo dependendo da imaginação de quem as vê. Os rupestres de Pernambuco poderão inspirar muitos escritores de índole sonhadora, nas suas divagações pós-daenikenianas.

No final, o autor é claro e objetivo. Segundo ele “nenhum astronauta veio à Terra”. E explica porque: o ser humano é capaz de, por seu próprio esforço, chegar ao ponto em que hoje se encontra. Não precisaria depender de seres estranhos, de outros planetas, para evoluir.

No fecho de sua obra, assim se expressa: “Mas que o Homem é grandioso em Pensamento e Mente, não haja dúvida. É o primeiro navegador do Cosmo. “Deuses e Astronautas” não passam de bobagens, nem romance de ficção podem representar, porque o inexistente inexiste por si mesmo”.

CASSIANO RICARDO, O PROSADOR E O POETA - Nereu Corrêa -
Edição do Conselho
Estadual de Cultura
do Estado de
São Paulo.

Nereu Corrêa, ilustre catarinense, membro destacado da Academia Catarinense de Letras, realizou em 1967, na Academia Paulista de Letras, uma conferencia sobre o grande prosador e poeta brasileiro, Cassiano Ricardo.

Em vários suplementos literários, de importantes jornais, fez publicar também estudo sobre a obra de Cassiano Ricardo.

Com essa bagagem literária, estava credenciado a escrever o presente livro, fusão dos seus vários trabalhos, acrescidos de dados e apreciações mais completos.

Trata-se de uma obra de inestimável valor

para os estudiosos da nossa literatura, pois trata de um autor que, no entender de Nereu Corrêa, como poeta é de uma "riqueza polimórfica, e, como prosador, uma das mais vivas e saborosas penas da literatura nacional" pelo que tem de oralidade, de ditos coloquiais na língua erudita, de gosto pessoal na seleção e no emprego das palavras, de modulações próprias na curva expressiva da frase despojada e sóbria, seivosamente brasileira. Dir-se-ia um Machado de Assis escrevendo na língua de Mario de Andrade, ou um Mario de Andrade passado pelos filtros do autor de "Don Casmurro" (pags. 15 e 16).

No seu livro, Nereu Corrêa tece ricos comentários sobre as obras daquele que também foi o jornalista Cassiano Ricardo durante longos anos.

Assim, desfilam impressões, e críticas sobre "Marcha para o Oeste", "Martim Cererê", "O Homem Cordial", "22 e a Poesia de Hoje", e tantas outras obras.

Interessante salientar que, conforme queixa-se Corrêa, tanto os livros de prosa, como as poesias de Cassiano, sofrem modificações de edição para edição. O autor parece nunca estar satisfeito com suas criações, chegando a refazer-las tanto que, em algumas, ao se ler nova edição, tem-se o sabor de nova obra.

Para os estudiosos da literatura nacional e, especialmente para os apreciadores de Cassiano Ricardo, este é um livro indispensável.

A COLEIRA DE PEGGY - de Holdemar Menezes - Editora Movimento, de Porto Alegre - Capa de Cláudio Fischer.

Holdemar Menezes, cearense radicado há muito tempo em Santa Catarina, já é conhecido do público leitor pela sua obra "Kafka, o Outro" - um profundo estudo sobre o controvertido escritor.

Agora, mudou completamente de gênero, enveredando pelos contos curtos, de final imprevisto.

"A Coleira de Peggy" enfeixa 11 contos, onde a tônica principal é o trágico, numa sucessão de infortúnios, desgraças, crimes passionais e desvarios.

Achamos que o palavrão na literatura, embora bastante válido, deve ser moderado. O que não acontece nos contos de Holdemar, que são pródigos de palavras obscenas. Isso decorre, todavia, do ambiente no qual está situado o desenrolar das estórias: O porto de São Francisco do Sul, terra em que o autor viveu muitos anos.

Numa entrevista concedida a um jornalista,

Holdemar Menezes manifestou certo receio pelo impacto que a obra poderia causar à coletividade, especialmente à de Florianópolis, em virtude do cunho por demais realista dado aos seus contos. Receio infundado, pois há que se saber distinguir o escritor Holdemar do professor universitário e médico. Enquanto que no primeiro caso ele executa a difícil tarefa de escrever (e bem) ficção, no segundo, ele é o professor austero, o chefe de família exemplar, o amigo de todos e benquisto na sociedade.

Quanto ao estilo do contista, podemos classificá-lo de muito bom. As estórias são curtas, de cunho real, não entendiam e, o que é importante, formam sentido, o que é difícil esquematizar em escritos pequenos. Embora os finais das estórias deixem sempre o leitor em suspense, o transcorrer da ação já delinea praticamente o final que terá a trama, deixando ao leitor a fácil tarefa de "imaginar" o desfecho.

O livro tem tudo para ser bem aceito, não só em nosso Estado, mas em todo o Brasil.



Em 9 de dezembro de 1922, em Ibirama por ocasião do enterro da esposa do Colono Ricardo Schroeder, ao transpor o cortejo o rio Hercílio, em balsa, o carro que levava a família enlutada caiu ao rio com os passageiros. O pastor, Dr. Paulo Aldinger, que acompanhava o enterro, despindo-se das vestes eclesiásticas, jogou-se ao rio, salvando quatro pessoas. Entretanto, um filhinho do sr. Schroeder, de 1 e meio anos de idade, pereceu afogado e seu corpo só foi encontrado dias depois.



Blumenau em Cadernos

Fundação e direção de J. Ferreira da Silva

Órgão destinado ao Estudo e Divulgação da História de Santa Catarina

— Assinatura por Tomo (12 números) Cr\$ 10,00 —

Caixa Postal, 425 - 89 100 - BLUMENAU - Santa Catarina - Brasil

A NOBRE PORCELANA

POR GUSTAVO KONDER

A porcelana apareceu na lendária China e foi mantida, durante vários séculos, em absoluto segredo por seus habitantes, que a conheciam desde o ano 206 antes de Cristo, época em que reinava a Dinastia de Han. Somente no século XIII depois de Cristo o famoso produto tornou-se conhecido pelos europeus, graças às aventureiras caminhadas do audacioso veneziano Marco Polo, que chegou ao solo chinês na era do reinado da Dinastia Yuan. Daí, até ao descobrimento do Caminho das Índias, encetado pelos corajosos navegadores portugueses, a porcelana foi grandemente disputada pelos países europeus, que começaram a recebê-la de forma regular no decorrer do ano de 1515, quando as fragéis caravelas portuguesas trouxeram, para fins comerciais, grande quantidade da afamada louça da Índia.

Um século se passou quando surgiu, no Brasil Colonial, a grande prosperidade da cana de açúcar e, quando os portos da Bahia e de Pernambuco tornaram-se escalas obrigatórias de abastecimento dos veleiros das Companhias Ocidentais, as caravelas, aportadas nos aludidos portos, desembargavam incalculáveis quantidades de «amarrados de louça», originadas da Ásia e também da própria Europa que, nessa época, já tinha por sua vez, o comércio atacadista abarrotado de porcelana asiática.

O comércio do nosso país colonial, se alastraria de maneira ex-

traordinária, durante a fase do ouro das Minas Gerais, bem no centro do Brasil. Com a febre produzida pela grande novidade, as baixelas de mesa, então de estanho, prata ou ouro (segundo o grau de abastança de seus proprietários), foram substituídas pela louça da Índia, de Macau ou Cantão, como artigos preferidos. Enquanto tomava vulto o negócio da porcelana do Oriente, a velha Europa lutava tenazmente para descobrir a fórmula secreta de sua fabricação para, de igual modo, comercializá-la. Em 1709, a mágica fórmula foi desvendada por Johannes Friedrich Boettger, de Dresden, Saxônia (Alemanha) e, no fim do século XVIII, os fornos europeus já forneciam satisfatoriamente os mercados do mundo.

Descrição do famoso alquimista alemão Johannes Friedrich Boettger: - Em 1708 ele descobriu o pó de arroz para os cabelos, conforme a moda da época, feito de Caulim ou Kaolim (argila branca e pura) que chegou a ser negócio florescente. Caulim contribuiu finalmente para a descoberta, por acaso, da verdadeira porcelana que nasceu na cidade de Meissen e tornou-se uma próspera indústria. Mas, o segredo tão avaramente guardado, no castelo de Albrechtsburg, em Meissen, transpirou e não demorou que em muitos países surgissem fábricas do mesmo gênero. Em Viena em 1718. em Hoechst em 1720, em Capo di Monte em Nápoles (Itália) em 1743, em Berlim em 1750, em Worcester

(Inglaterra) em 1751, em Fuerstenberg em 1753, em Frankenthal em 1755, em Ludwigsburg em 1758, em Nymphenburg em 1758 e em Copenhague (Dinamarca) em 1772, tendo todas as suas marcas características. A indústria de louças finas floresceu admiravelmente no século 18. No século 19, a fábrica de porcelana de Sèvres (França) descobriu a decoração "pâte sur pâte", em porcelanas claras e transparentes. A fábrica de porcelana Meissen continua com as suas antigas e tradicionais decorações. Em 1882 descobriu-se uma porcelana mais resistente. Em Sèvres fabricaram-se pela primeira vez estatuetas com acabamentos de esmalte de cristais. Manufaturavam-se também retratos por intermédio da Litophania. A famosa fábrica de Rosenthal C^o. A. G., de Berlim, surgida em 1897, é a que fabrica, principalmente, louças e porcelanas artísticas. Existem em toda a Europa 25 marcas registradas.

Dos portugueses, herdamos o costume de brazonar a louça. Quando os Vice-Reis do Brasil encomendaram serviços de mesa, ornados com os seus braços reais, trilharam-lhes os passos os grãos-senhores de engenhos de açúcar e demais "gentes de muitos teres e haveres". Apareceram, então, no Brasil Colonial, aparelhos de porcelana de vivo colorido, providos de insígnias de famílias nobres, de quadros paisagísticos, siglas, monogramas, motivos rococós e, igualmente, outros relêvos de arte heráldica.

Com a vinda da Família Real para o Brasil, em 1808, o Rio de Janeiro, cidade dos Vice-Reis, viu-se metamorfoseada em faustosa Côrte. E, a exemplo do príncipe re-

gente, Dom João, que possuía as prateleiras de ucharia real repletas de ricos serviços de louça da Índia, no Paço Imperial da Boa Vista, na Fazenda Real de Santa Cruz etc., outros "abastadas" não lhe ficaram atrás, como amadores da fina e frágil louça.

Nessa ocasião, já se experimentava a fabricação da porcelana no Brasil. Consta que o "químico" João Manso Pereira, fabricou, na ilha do Governador, um serviço de porcelana, exclusivamente, para a Casa Imperial.

Com a abertura dos portos, às nações amigas, promulgada em 1808 por D. João, os grandes veleiros europeus aumentaram as remessas de aparelhos de louça (já fabricados na Europa, em larga progressão), introduzindo aqui inúmeras novidades. Apareceram a louça inglesa em azul e branco, imitando a de Macau; a louça alemã de Saxe, a portuguesa do Rato, de Sacavém, de Vista Alegre, etc.. Depois da assinatura de paz, entre Portugal e França, todas estas espécies foram sobrepujadas pela maravilhosa porcelana francesa, mais graciosa, mais leve e elegante, até que no primeiro e no segundo reinado, não havia família de bom gosto no Brasil que não ostentasse à mesa seu serviço de Vieux-Paris, muita vez armoriado, dotado de pinturas de flores desarrumadas, jogadas ao acaso, pássaros vistosos, cenas galantes, e outros ornamentos originais.

Daí por diante, expandiu-se grandemente o uso da porcelana no país, surgindo, com o correr do tempo, inúmeras fornalhas espalhadas de norte a sul do território

brasileiro, produzindo quantidade gradativamente evolutiva e qualidade apreciável.

A história da porcelana, no Brasil, teve dois grandes períodos: o da navegação a vela (louça da Índia) e o da navegação a vapor (louça da Europa). Depois disso surgiu a era em que se começou a usar, também, pratos de papelão e de matéria plástica, práticos porém vulgares.

Em Santa Catarina existiam duas fábricas de porcelana: "Schmidt" e "Condessa", agora porém, subsiste apenas a primeira, pois a segunda faliu.

A "Porcelana Schmidt S/A.", orgulho do nosso estado, é estabelecida na simpática e laboriosa cidade de Pomerode. Foi fundada em 19 de dezembro de 1945 pelos srs. Hans Ernst Schmidt, Arthur Leopoldo Schmidt, Arthur Heinrich Kraemer, Alfredo Schmidt, Hilda Schmidt e Rodolpho Pedro Schmidt, com um capital de 500,00 e o nome da firma era então Porcelana Schmidt Ltda., e, em 12 de fevereiro de 1948, transformou-se em sociedade anônima, alterando o seu nome para "Porcelana Schmidt S. A., como está atualmente. O seu capital também foi aumentado para 3.200,00, e hoje, eleva-se a 16.102.800,00.

Em fevereiro de 1952 foram instalados os Fornos-Tunel, fornecidos pela firma Kerabedarf, da Alemanha, e, em 1970, montaram as modernas máquinas automáticas, igualmente importadas do mesmo país europeu, para fabricação de pratos e xícaras. Ainda no ano de 1952, foi aprovada pelo governo federal a concessão para a fir-

ma explorar os minérios necessários. Após de dois anos (1954) a firma adquiriu a cerâmica de Itaquí, em Campo Largo, Paraná, e onde se transformou em uma das modernas indústrias da organização Schmidt: - "Porcelana e Steatita S/A.". que manufatura porcelana doméstica de todas as linhas.

Em 1965 a Porcelana Schmidt S/A. iniciou a primeira exportação para os Estados Unidos e, em 1968, venceu a concorrência pública do governo norte americano para o fornecimento de um milhão de dólares para o Exército e a Marinha. Foi a sua maior vitória! Também exporta para a Europa Central (Áustria, Dinamarca e Noruega), o mercado da Alalç, Norte da África. Os americanos continuam sendo os maiores compradores.

A próspera indústria de Pomerode, com uma área de 18.800 m²., confecciona uma linha completa de serviços de jantar, chá, café, Bolos, jogos de Lanche, Petiscos, Temperos, Condimentos, Coquetel, Sanduíche, Limonada, Aperitivo, Baixelas, Peças artísticas, de adorno, vasos, abatjurs, bibelos e outros artigos.

Trabalham na mesma firma 1.025 empregados registrados, sendo que os operários são contratados na própria localidade e circunvizinhanças (a maior parte são artesãos). O sr. Hans Oerding é o primeiro empregado registrado em 1946. O cerâmico sr. Rodolpho Schmidt, formado na Alemanha, é o responsável técnico.

A produção mensal (média) é de 795.000 peças. O faturamento, também mensal, registra em 1.450.000,00 e recolhe aos cofres

erários (impostos federais, estaduais e outros), a importância de 2.447.497,00 (em 1971). A matéria prima utilizada é totalmente nacional, exclusive o Carburêto de Silício (carburundum), importado da Dinamarca, para servir de Capsulas para Queima.

A firma possui duas associadas: a «Porcelana Real S/A.», de Mauá (S. Paulo) e a «Porcelana e Steatita S/A.», de Campo Largo (Paraná). O grupo Schmidt é responsável pelo fornecimento de 80% do consumo no Brasil.

A porcelana da afamada marca «Schmidt» orgulha-se de ser reconhecida como a porcelana dos nobres. Atende a todas as grandes instituições nacionais e fornece o ITAMARATI, que recebe as grandes personalidades do exterior, diplomatas, reis, rainhas, governantes. Por exemplo: a recepção da Rainha Elizabeth, da Inglaterra, foi realizada com um banquete no qual utilizou-se a porcelana marca Schmidt, sob encomenda especial. Os governos de diversos estados do Bra-

sil usam só a porcelana Schmidt.

É representada em todo o território brasileiro, sendo que a maior venda é registrada em São Paulo. Também está representada no Exterior pela Subsidiária Inter-American China Corp., em Los Angeles, California, E.E. UU.

O sr. Arthur Leopoldo Schmidt, um dos fundadores, é o seu atual Diretor-Presidente e os tres componentes da diretoria também são fundadores, todos pertencentes á mesma família. Devo mencionar que, a família Schmidt, pelo lado materno, é descendente do mundialmente famoso naturalista Dr. Fritz Mueller, um dos pioneiros da colonização da nossa florescente e querida Blumenau.

Finalizando, a «PORCELANA SCHMIDT S/A.» é um legitimo baluarte de progresso que, orgulha e honra, não somente o nosso Estado, mas sim toda a Nação brasileira. São os seguidores do lema «Brasil para frente» do nosso preclaro e querido Presidente General E. G. Medici.



Em Novembro deste ano, Ibirama festeja o 50º aniversário de sua fundação. A 8 de novembro de 1897, no local em que hoje se ergue a cidade, na confluencia do ribeirão Taquaras, ali acamparam, juntamente com alguns caboclos destemidos, o diretor da Companhia Hanseática A. W. Sellin e o engenheiro Emílio Odebrecht.

NEI - BRÉSIL

POR CARLOS FICKER

Na Bélgica fazia um dia esplendido na primavera quando partimos de Bruges e Gand, via Bruxellas, para Luxemburgo. A brilhante claridade do sol dourava as extensas manchas verdes de cereais, campos de cultura e pastagens. Ao longo das margens da longa rodovia asfaltada, as árvores frutíferas estavam em flor.

Passáros Namur e Bastogne. Em Martelange, pequeno povoado, distante cerca de 45 quilometros de Luxemburgo, deixamos a estrada principal e, a través uma velha ponte de pedra, atravessamos a fronteira entre a Bélgica e o Grão Ducado de Luxemburgo. Travessia impercetível, pois ali não havia nem postos de controle, ou alfandegário, nem barreira alguma que assinalasse a passagem.

Uma pequena estrada vicinal leva-nos para Oeste, em direção a Ettelbruck. A paisagem cresce em bucolismo, seguindo, em sucessivas colinas, até perder-se no horizonte. Por toda a parte, o verde intenso denuncia as novas sementeiras em germinação e, la longe qual estreita faixa, se estende o caminho comunal à sombra de belas árvores.

Todas as placas indicativas tem nomes alemães: Flatzbur, Arsdorf, Mochfels, Rindschleiden, Grevels e.... Nei-Brésil! No meio desta paisagem luxemburguesa, um lugarejo de nome «Novo Brasil!»

A razão desta pequena excursão fora, exatamente, a singular descoberta que fizemos no mapa rodoviário de Michelin, «Mons-Luxemburg» e as informações prestadas por um nosso conhecido luxemburgues, o sr. G. M. Lutz, de Bruxelas.

Numa elevação, com ampla visão para campos verdejantes, encontramos a placa indicativa da localidade de «Grevels» e, quase em seguida, uma igreja - Nei-Brésil. Uma hospedaria junto à estrada e diversas casinhas no cruzamento do caminho para Kuborn, são os únicos vestígios de Novo-Brasil em Luxemburgo.

Na taberna, ambiente impregnados de denso fumo. Ardia uma estufa, revestida de azulejos, e alguns camponeses estavam sentados a uma mesa, jogando cartas. A pedido nosso, o estalajadeiro telefonou ao pastor e aconselhou que fossemos falar com o prefeito de Kuborn, uma localidade próxima distante apenas dois escassos quilometros. Ali, só se sabia que o nome do lugar estava ligado aos emigrantes brasileiros, que haviam regressado à sua pátria e haviam se estabelecido naquele local.

Retornando ao ar puro e livre da primavera, descemos o vale, pela estreita e coleante estrada de asfalto, até Kuborn. À direita e à esquerda, pastagens e campos cultiváveis davam à região um caráter genuinamente agrícola.

Kuborn não passa de um lugarejo, com algumas casas de camponeses. Máquinas agrícolas à beira do caminho e uma casa de melhor aparência: a escola e a casa do prefeito.

Entramos no pátio e espiamos por uma janela, para dentro de uma das salas de aula. Todas as crianças olharam curiosas para fora, fazendo conjecturas sobre a chapa, portuguesa, do nosso automóvel.

A senhora do prefeito que é, igualmente, a professora da escola, apareceu e convidou-nos para entrarmos na sala de aulas; um compartimento grande e amplo, com bancos escolares, quadro negro, e quadros educativos na parede. Doze rapazes e meninas, em idade de mais ou menos 10 anos, olhavam curiosos. A impressão que nos deixou a sala de aulas foi excelente, assim como a das crianças, muito limpinhas, de rostos corados, fortes e nada acanhados.

No quadro negro havia escritas algumas proposições sobre a planta «dente-de-Leão» e como se poderia erradicá-la no campo. Ensinaamentos sobre agricultura.

Depois de termos exposto o nosso problema, a professora uma senhora muito gentil, tirou de um armário uns livros escolares, antigos de muitos anos. Aí encontramos, numa edição de 1936, um resumo histórico das origens de Nei-Brésil.

Era patente o desinteresse local pelas origens do lugar.

O próprio artigo do livro é breve e informa, apenas, que em abril de 1828, diversas famílias desejaram emigrar para o Brasil, mas circunstâncias contrárias obrigaram-nas a regressar e a se estabelecer em Nei-Brésil.

Essas escassas informações, entretanto, foram o ponto de partida para maiores pesquisas e, depois de exames de papéis e documentos daquele tempo, chegamos ao conhecimento das razões da fracassada emigração e conseguimos reconstituir a história do pequeno povoado de Nei-Brésil.

O aliciamento de soldados mercenários alemães e de famílias de colonos para o Brasil, pelo major Jorge Antônio von Schaeffer, incumbido disso pelo Imperador D. Pedro I, foi extraordinariamente dificultado por disposições legais do governo prussiano, em 1827.

A emigração para o Brasil, a partir de 1818, teve grande impulso pelo descontentamento reinante entre operários, artífices e camponeses.

Em consequência das transformações da estrutura econômica e social, do desemprego, da absorção das indústrias agrícolas caseiras pela industrialização e do uso das máquinas a vapor, verificou-se geral empobrecimento da população e, sendo assim, facilitou muito o trabalho dos agentes do Major Schaeffer, que percorriam o país em todas as direções, à cata de imigrantes voluntários, com os quais fechavam contrato.



Mapa da parte de Luxemburgo com a aldeia Nei-Bresil

Também nas regiões á esquerda do Reno, e no Luxemburgo (que desde os tempos das guerras napoleonicas constituirá-se em Gran-Ducado (1814-1815) e pertencia á Prússia, como participante da Federação dos Estados Alemães) os agentes e recrutadores percorriam as aldeias, comumente munidos de realejo ou caixa de música para, assim, expor com mais convicção, as vantagens da emigração. Pequenas canções, que melhor se fixavam na memória que longas argumentações ou discursos, eram tocadas e cantadas no realejo:

«Nach Brasilien, nach Brasilien
Ziehn mich die Gefühlen...»

Ou sob a inspiração do religioso momento do cancionero brasileiro:

«Durch Gott sind wir berufen
Sonst Kam's uns nie in Sinn
So glauben wir und wandern
Auf Sein Geheiss dahin»

A apresentação da «Terra da Promissão», de envolta com os conhecidos versiculos biblicos, causou funda impressão na alma religiosa daquele povo.

Por decreto de 8 de janeiro de 1823, foram criados, no Brasil, os Batalhões de mercenários estrangeiros e o major Georg Anton Schaeffer foi incumbido da propaganda e recrutamento.

Sendo a imperatriz brasileira, Dona Leopoldina, da Casa dos

Habsburgo, D. Pedro I esperava aliciar, justamente nos Estados alemães, os mercenários de que necessitava e confiou essa tarefa a Von Schaeffer. Este, nos anos seguintes, conseguiu atrair e encaminhar para o Brasil mais de 2000 soldados e cerca de 5.000 colonos e artesãos e, assim, estabeleceu as bases da emigração para o nosso país.

As saídas anuais de milhares de pessoas de suas pátrias, esvaiciando, não raro, aldeias inteiras, de todos os seus moradores criou um problema para as autoridades alemãs. Daí o ter-se estabelecido reservas legais à liberdade de emigração e inúmeras dificuldades à concessão de licenças.

O primeiro Estado a estabelecer medidas legais nesse sentido foi Baden em 1803, seguindo-se Württemberg em 1815, a Prússia em 1818 aos quais seguiram-se, em anos sucessivos, os demais.

Entre outras condições, exigiam-se do candidato à emigração, o ter prestado serviço militar, o pagamento de todas as possíveis dívidas e uma taxa de 10% sobre os seus bens, o chamado «Abschoss» (resgate). A necessidade dessas medidas resultava do fato de que, justamente os jovens, é que constituíam os maiores contingentes das levas de emigrantes, procurando, eles, assim, escapar à prestação do serviço militar.

A campanha contra o recrutamento originou, dessa forma as primeiras medidas para estancar a emigração.

Na região do Reno existem, nos arquivos municipais e estaduais, documentos muito interessantes sobre tais medidas tomadas pelo governo da Prússia.

Assim, a 11 de junho de 1827, oficiava o Superior Presídio Real aos diversos senhores prefeitos comunais: com referência à nossa Comunicação, tornamos a recomendar-lhes que façam todo empenho em perseguir os propagandistas, eventuais agentes do major Schaeffer, que tentem fazer propaganda, nos limites da sua comunidade, principalmente os tocadores de realejo que executem canções próprias sobre emigração para o Brasil e, se os mesmos forem apanhados, tomem contra os mesmos as medidas judiciais cabíveis.

O prefeito de Arnsberg escrevia, a 24 de março de 1828, ao governo Real: «Um certo Georg Ludwig Schneider, suposto emissário do major Schaeffer, agente do Governo Imperial brasileiro, em Bremen, foi, há pouco tempo, descoberto pela polícia e conseguiu escapar mediante a apresentação de um suposto certificado do Consulado Imperial Brasileiro em Bremen. A falta de senso das autoridades policiais permitiu que o mesmo fugisse. Ele se preparava para seguir para Colonia e Coblenz, e de lá, ao longo do Mosel, para Trier. Ele possuía uma relação de 94 famílias que estavam dispostas a emigrar, e não fazia segredo da sua profissão.»

A 21 de abril de 1828, foi dado conhecimento aos guardas

florestais e aos guardas rurais da Comuna, da Ordem de 20 de janeiro de 1820, os quais foram munidos das devidas instruções.

Anteriormente, por determinação de 6 de outubro de 1827, fora fixada uma taxa de 10⁰/₀ sobre o montante dos bens dos proprietários que quizessem emigrar, o já citado «Abschoss».

O administrador distrital de Berncastel recebeu do Governo Real ordens rigorosas: «... se das pessoas, ou famílias, sobrar ainda o dinheiro disponível para as passagens, concederemos, excepcionalmente, por esta vez, a permissão para que emigrem. Entretanto, todos os prussianos que não dispuserem do dinheiro necessário, devem ser riscados da lista. Também não será fornecido o «passe» antes que seja apresentada a prova de quitação dos impostos e taxas comuniais. Também as mulheres precisam da autorização de emigração e a elas também se aplicam as recomendações acima».

Essas rigorosas medidas contra a emigração tiveram, porém, sucesso muito relativo, pois os propagandistas continuavam percorrendo o País, cantando as excelencias da «Terra da Promissão», a América do Norte ou o Brasil, conforme estivessem a serviço dos respectivos agentes em Bremen, Hamburgo, Dünkirchen, Rotterdam, etc.

As promessas de terras e de passagem grátis tentavam os emigrantes a vender teres e haveres e a seguir para os portos de embarque. Não havia mais desistencia, tão somente a esperança num futuro melhor.

A viagem por terra, assim como os necessários papéis e passes consumiam grande parte dos seus meios pecuniários e as longas semanas de espera nos portos, nos albergues e nos hotéis, levavam-lhes, muitas vezes, os últimos vintens.

Era, aquele, um negócio sujo, pois tanto os agentes como os comerciantes, as companhias de navegação e os capitães de navios, todos queriam explorar os emigrantes. Não raro, os emigrantes e suas famílias ficavam em completa miséria, sem um vintém, antes mesmo de porem os pés no navio.

E isso, justamente, aconteceu com as famílias que, em abril de 1828, deixaram as duas comunidades de Rindschleiden e Kuborn depois que os agentes do Major Schaeffer lhes haviam pintado o quadro mais *tentador do Brasil Longinquo. Atabalhoadamente venderam eles as suas casas e bens e seguiram, a pé, pelo vale do Mosela e desceram, de barco, o rio Reno.*

Depois de uma viagem de algumas semanas, chegaram a Bremen onde, em pouco tempo, explorados e logrados, perderam tudo quanto ainda possuíam.

Com a chegada ao porto de embarque, travou aquela pobre

gente uma luta medonha contra as trapanças e a ganancia dos estalajadeiros, transportadores, dos cambistas, dos fornecedores de generos e dos vendedores de passagens, todos mancomunados em enganar e explorar inexperientes matutos. E ali travaram os pobres luxemburgueses uma outra batalha. O governo proibira, de 11 de abril de 1828 em diante, o fornecimento de passaportes aos emigrantes. O decreto daquela data dizia textualmente:

«O fornecimento de passes de viagem aos emigrantes para Bremen, só será permitido em casos urgentes e individualmente, nunca a grupos de pessoas. De acordo com o Aviso de 11 deste mes (Folha Oficial nº 13 pag. 104) dou-lhe, por este, conhecimento de que, nas condições acima é proibida, daqui por diante, a emissão de licenças de emigração para o Brasil.»

Tornou-se assim, impossível aos luxemburgueses empreender a viagem para o Brasil.

Já em Bremen, os luxemburgueses tinham se ajuntado a famílias de emigrantes franceses, belgas e holandeses. E, juntas, voltaram para as suas terras. Carregando uma série enorme de decepções, com as mulheres e os filhos e os mais necessários implementos caseiros, puseram-se a caminho para o interior do país e, nesse regresso, parece também que tudo não correu pacificamente.

A 30 de junho de 1828, o Conselheiro Real Gaertner, de Trier, expediu aos prefeitos dos Estados prussianos uma circular nestes termos alarmantes: «Os emigrantes para o Brasil regressam agora de Bremen em caravanas, ao torrão natal, que haviam deixado. Uma grande parte deles é de Luxemburgo e carrega armas consigo. Com referencia ao desarmamento dessa gente, não deixe de ter sobre ela constante vigilancia e todo aquele que, durante sua passagem pelos estados prussianos deste Departamento, for encontrado vadiando, deve ser levado, sem mais consideração, pela gendarmeria, até a fronteira.»

O ponto final nessa embrulhada da emigração para o Brasil, foi posto pelo imperial vice-consul brasileiro em Bremen, Sr. H. J. Kalkmann quando comunicou, ao real consul da Prússia, em documento oficial: «No atual momento e em razão das últimas medidas tomadas pelas autoridades, não serão mais recebidos novos colonos para a Brasil.»

Depois de longa peregrinação, chegaram os fracassos «Brasileiros» ao seu torrão natal.

O padre e os moradores, tanto de Rindschleiden como de Kurnborn, não quiseram saber mais nada dos renegados. Estes tinham vendido tudo, casas e bens, e aii se encontravam de volta, completamente sem recursos. Nenhuma das Comunas quiz ceder-lhes um pedaço de terra onde se instalassem.

Afinal, os vigários das duas localidades acordaram sortear qual delas receberia os «filhos pródigos».

Mas a revolta contra os «brasileiros», como passaram a ser chamados nas duas Comunas os que voltaram, era tão grande que só por fim foi-lhes permitido ocuparem uma colina, coberta de giesta, mais além das férteis terras de plantações.

Ali eles construíram as suas choupanas com material achado e com madeira retirada da floresta, cobrindo-as com junco e palha. Uma parte dos emigrantes franceses também ali permaneceu. Essa a razão porque Nei-Brésil e alguns outros lugares, de puro dialeto alemão, nas imediações tomaram nomes franceses.

Foi mais que digna de compaixão a vida nas pobres cabanas de palha, obrigando depois os «brasileiros» a saírem, à noite, para roubar. Colhiam o que não haviam plantado nos campos, furtavam galinhas e pequenos animais domésticos nas visinhanças e dos pátios e quintais passava tudo quanto não estivesse bem seguro para a aldeia dos brasileiros. Muito logo, o nome de «Brasil» passou a ser sinónimo de roubo.

Somente muitos anos depois, com o auxílio das demais, comunidades, foi construída uma pequena capela em Nei-Brésil e com a favorável afluência de elementos de fora, o lugar cresceu e para os netos e trinets dos «brasileiros» a aventura vivida pelos antepassados tornou-se uma interessante e velha história.

Despedimo-nos, com muitos agradecimentos, da senhora do prefeito e tomamos o estreito caminho asfaltado através dos campos e prados, subindo para Rindschladen, lugar composto de uma meia dúzia de sítios agrícolas e uma bonita igreja romana, e nas proximidades, a casa do vigário.

O senhor Cura estava justamente almoçando, mas não se negou em convidar-nos, gentilmente, a entrar e em confirmar-nos a história de Nei-Brésil. Ele lamentou que não houvesse mais nenhum documento, ou livros de assentamentos da paróquia do tempo dos «brasileiros», assim como dos respectivos nomes.

Hoje não vive mais, nas imediações, nenhum descendente daqueles imigrantes e só o nome do lugar, Nei-Brésil subsiste, mas já vai sendo substituído pelo de Grevels.

A última guerra e a ofensiva das Ardenias apagaram os deradeiros vestígios. Só ficou a lembrança.



Há 25 anos atrás, vinha à luz da publicidade o primeiro jornal de Gaspar, «O Gasparense» sob a direção de Alberto Pereira da Costa. O primeiro número data de 21 de setembro de 1922.

A VIAGEM DE PALLIÈRE, PELO LITORAL NORTE DE STA CATARINA, EM 1860

POR A. A. DA LUZ

O pintor franco-argentino, Leon Pallière (1), (nascido no Brasil) realizou, em junho de 1860, uma viagem de Paranaguá ao Desterro, pelo litoral catarinense, da qual deixou um minucioso relato.

Tendo saído de Paranaguá a 30/5/1860, de canoa, por mar e de carro de boi, pela praia e por matos, chegou, acompanhado dum senhor Kock, já em Santa Catarina, à casa dum senhor Franco. «O senhor Franco - diz - é um pequeno proprietário e agricultor para quem temos uma carta de apresentação, que lhe leio, e lhe peço que vá à uma légua de distancia, aproximadamente, para nos buscar um carro de bois.»

Atravessam, por fim, em canoa, a baía de Babitonga e chegam a São Francisco. «São Francisco é uma cidade bastante bonita, edificada á beiramar, sobre a ilha do mesmo nome. No porto se acham numerosos botes com cobertas; seu comércio consiste em açúcar, madeiras e mandioca. Dirigimo-nos à casa do senhor Nicolau Machado, negociante que tem dois armazens, com um pouco de tudo. Põe á nossa disposição uma sala do primeiro piso (era um sobrado), quase repleta de caixões de tecidos; temos água para lavar-nos e almoçamos o resto de nossas provisões, ao qual ele ajuntou pão, de que carecíamos, e café.» «Deixamos-lhe às 2 da tarde. No momento de partir me entregou duas cartas para Santa Catarina, uma das quais continha 250 francos.» (Costumava-se

enviar por portador, não só cartas, como também dinheiro, demonstrando-se absoluta confiança até mesmo em viajantes desconhecidos.)

«Descemos dos cavalos diante de uma casa situada em uma planície rodeada de montes elevados; um lugar de encanto. A casa é do senhor Camacho (o coronel Francisco de Oliveira Camacho), para quem temos uma carta de apresentação.»

O senhor Camacho estava colhendo feijão e por isso demorou em lhes atender; enquanto isto o pintor conversava com a senhora Camacho. «É uma mulher de 72 anos, cheia de bom senso e de refrãos de Sancho Pança; escutei suas lamentações com muita paciência, o que lhe deu um momento de consolo. Falou-me do passado e do presente; de sua juventude, de seus amigos, do que perdeu, de sua velhice, de seu isolamento, mas tudo isso com uma virilidade de espirito e melancolia a que não faltava grandeza. Não havia tido filhos e para satisfazer sua natureza carinhosa, criou uma quantidade de afilhados, (inclusive a filha natural de Tovar (2), crianças, sem família, que estavam quase mortos, com um pé na cova, como ela dizia, chorando todos os defuntos que lhes haviam precedido.»

«Nisto estávamos quando, cavaleiro num cavalo mui brioso, chegou o senhor Camacho (3), ancião de cerca de 80 anos. Deitou o pé

em terra e nos estendeu a mão de maneira mais amistosa do mundo...» A partir deste momento a conversação não decaiu mais; nos contou sua vida, nos falou dos seus trabalhos, de suas plantações, de suas fábricas (engenhos), das medidas tomadas por ele contra os índios selvagens, das sessões da Câmara Provincial de Santa Catarina, etc. Havia sido tenente-coronel no tempo dos portugueses (lembremos dos tempos do governador João Vieira de Tovar, há 40 anos atrás) (4), tinha um enorme conhecimento local e uma maneira militar e cortes, por todos conceitos de outra época. (Já os velhos se distinguem dos moços). Citava refrãos com frequência, na conversação, e recordo-me de um, sem esquecer que era ele quem nos fazia favores: "Uma faca que não corta e um amigo que não serve a outro amigo, é necessário lançá-los longe".

Continua a viagem:

"Chegamos à desembocadura do Aracuari, que separa a ilha de São Francisco do continente. Ali encontramos pescadores em grande número..." dezoito homens pelo menos, recolhem uma rede que pode muito bem conter 36 tainhas. Alguns pescadores estavam despojados de toda a classe de roupas e a maioria, tão só com a camisa (e já era inverno).

"A rede não era mui grande. Pareciam muito satisfeitos de si mesmos, como gente que trabalha seriamente. Os pescados são cortados em dois ao comprido, salgados, secados ao sol, o que constitui a base de sua alimentação, com um pouco de farinha de mandioca."

Continua a viagem a cavalo.

"O rio Itapocú nos corta o caminho." Ao atravessá-lo, quase ocorre um desastre. "Chegamos à porta da casa do senhor Miguel Soares da Rocha, o primeiro negociante de Barra Velha, nome do vilarejo. Fomos felizes porque um momento depois nos trouxeram peixe seco, pão, vinho, chá; isto era magnífico porque era a primeira refeição que fazíamos no dia."

"O senhor Miguel, quando entramos, estava com os cotovelos colocados sobre uma mesa redonda que ocupava quase a totalidade da sala e lia a Bíblia, alumiado por uma vela fumegante, com a cabeça envolta em uma espécie de pano indiano colocado em forma de turbante. Olhos negros, brilhantes, levantados nas extremidades, uma barba negra cerrada e reluzente, sobre a qual se destacam os dentes brancos e bonitos... um riso bastante estranho. O leitor da Bíblia, desde as primeiras palavras nos disse que sofria de excesso de juventude; depois nos falou de viagens pela África, de perigos corridos... Nosso hospedeiro era um ex-piloto ou ex-capitão negreiro."

Montados à cavalo, pintor e o seu companheiro Kock, seguem, pela praia, rumo à ilha de Santa Catarina.

"Atravessei uma pequena cidade (?) com verdadeiras casas e uma igreja; a freguesia ou paróquia da Penha. Diviso na ribeira, que de novo se oferece à minha vista, a cidade (?) (5) de Itapocorói, toda branca e encostada à montanha." Pensou o viajante que já fosse Itajahy...

"Contemplo a meus pés planícies com um ar de vida

completamente diferente do país que acabo de percorrer. Casas, flores, animais e até rostos lindos em certas janelas." No caminho, os moradores que dão algo a comer ao pintor recusam o dinheiro em pagamento...

Chega enfim, a um largo rio. "Cruzei entre uma multidão de pequenas choças cobertas com palha, habitação de madeira ou de pedra, enquanto que do outro lado via agora a verdadeira cidade de Itajahy, aldeia elevada faz um mes, à categoria de cidade municipal; tem casas de pedras ou tijolo, teto de telhas e um certo número de pequenos barcos ancorados". Em Itajahy me dirijo à casa do senhor Antônio Pereira Liberato, irmão do senhor Liberato de Guaratuba; entrego a carta do seu irmão (no Brasil, na época, não se viajava sem recomendação, e não se pagava hotel, porque eram raríssimos.) «A única diferença entre a comida que me deu o primeiro comerciante de Itajahy e o que me ofereceu o «caboço» consistia no pão e nas bananas fritas. Nem por isso passei menos bem. Logo faço um passeio pela margem do rio, que é quase a única rua, enquanto que no salão da senhor Liberato se celebra uma reunião preparatória para as próximas eleições municipais.»

Seguindo a viagem "estamos na margem de rio Camboriú, onde do outro lado há uma pequena aldeia."

Passamos perto de uma fábrica de açúcar, onde moem cana. Chegamos ao rio Tijuca. Há duas povoações que formam uma meia légua de casas próximas umas das outras em alguns pontos - que constituem aldeias. Nas vendas, nada,

nem pescado seco, nem pão; só laranjas e bananas.

«Às 4 da tarde partimos. O caminho é bom e se vê que nos aproximamos da capital da Província. Subimos a uma montanha donde divisamos o mar ao longe e a baía de Santa Catarina.»

Viajando á noite, cansados pediam pousada que era recusada: "Quem chama? - Amigos - Quem? - Viajantes - Queria dar-nos uma habitação qualquer para abrigar-nos até amanhecer? - Sentimos muito, mas temos doente em casa Agradecidos. Adeus." Às 10 da noite «estavamos em um vilarejo ou aldeia, espécie de subúrbio de São Miguel, que também é uma aldeia.» Quando se dispunham a dormir dentro de duas canoas, o mulato que os acompanhava, voltando, veio dizer que «um senhor ingles estava disposto a receber-nos em sua casa.» «O ingles era um jovem corpulento, com família, que estava construindo, como mecanico que era, um engenho de descascar arroz.» (6).

No dia seguinte, uma canoa grande de 3 remos, atravessaram a baía. «Quando nos encontravamos no meio da baía, levantou-se um vento de terra; içamos duas velas e nossa canoa nos levou em tres horas até Desterro ou Santa Catarina.» Desde o lugar donde saímos - São Miguel - o que se vê parece uma baía, ou melhor um lago rodeado de montanhas por todas as partes.

«Frente a uma, para o leste, se acha a barra do norte da ilha, onde se encontram fundeados os barcos de guerra; no lado oposto está a cidade de Santa Catarina,

que só se distingue depois que se tem dobrado a ponta da ilha (o Estreito).»

Aqui termina a descrição de Pallière.

-
- (1) - Leon Pallière - «Diário de Viagem por la América del Sud» - Ediciones Peuser - Buenos Aires, 1945, páginas 261 a 284 - em castelhano. - Jean Leon Pallière Gradjean Ferreira (1823-1887) era o seu nome por inteiro e era filho de outro pintor, Arman Pallière.
 - (2) - Veja-se a descendência desta filha de Tovar, in Oswaldo Cabral - «Memória (II) N. S. Desterro», página 261, e nota 10 da página 280 do mesmo tomo.
 - (3) - Por esta passagem, sabemos que o coronel Camacho morreu ao 82 anos de idade, pois seu óbito se deu a 1 de julho de 1862. Veja-se in Oswal-

do Cabral - Memória II, pág. 263. Camacho foi um grande pioneiro na região de São Francisco, pois ali mandou construir uma grande olaria, um grande engenho de serrar madeira e auxiliou na colonização de Joinville.

- (4) - Para saber sobre o governo de Tovar e da aliança e emizade que se estabeleceu entre ele e Camacho, veja-se Oswaldo Cabral, Memória II N. S. Desterro, página 255
- (5) - Reamente eram povoações grandes e bem adiantadas; basta, para convencer-se disto, olhar as estampas que J. B. Debret nos deixou. Mas Itapocorói, na época, já estava em decadência, pois não se caçava mais baleia...
- (6) - Este engenho é, provavelmente, o que, foi de propriedade do português João Ramalho Pereira, e de cujo aqueduto, que trazia água para a roda do descascador, ainda restam as ruínas dos arcos em São Miguel. Datar am de 1860.



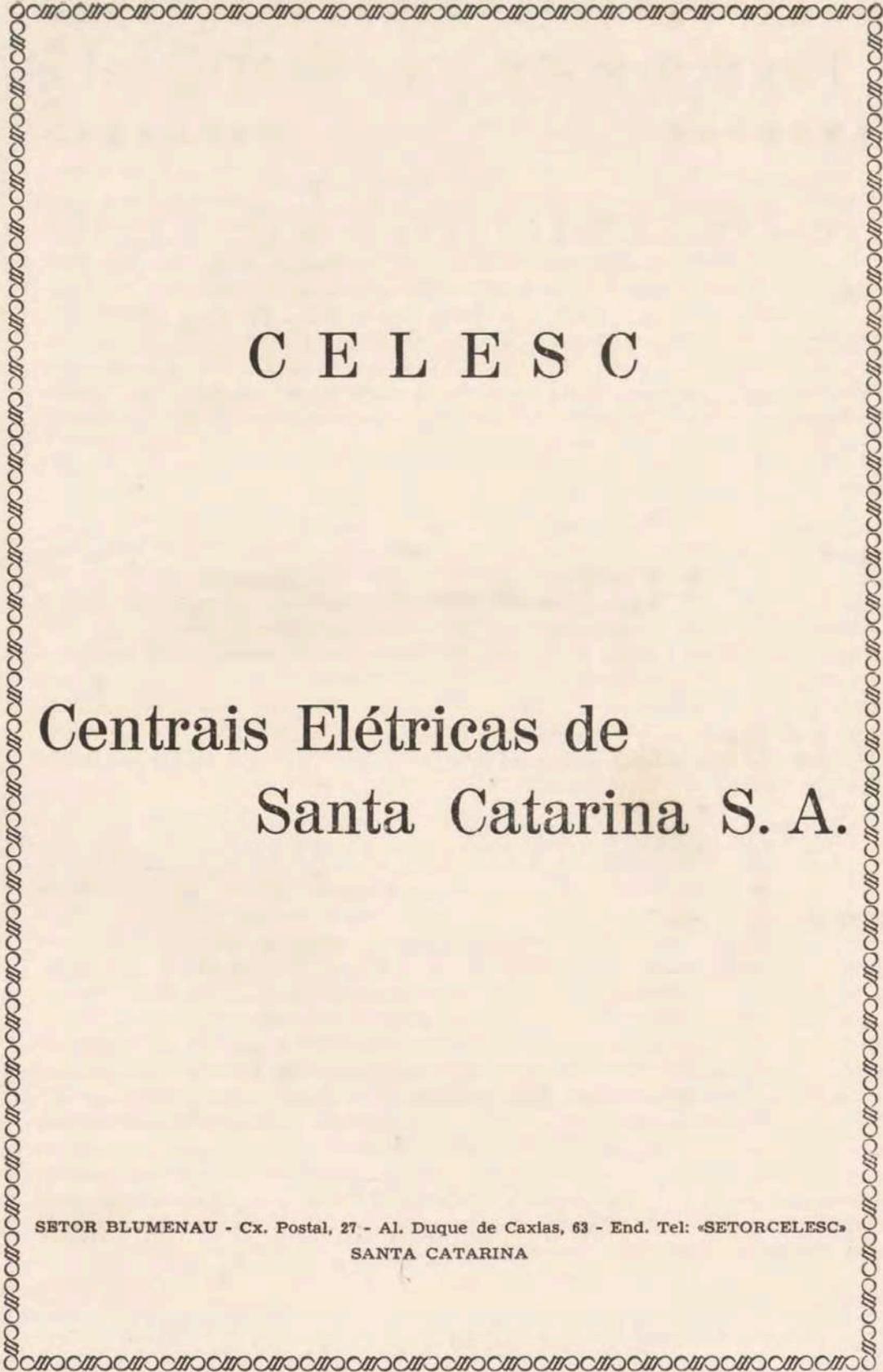
O primeiro bispo a fazer visita pastoral a Santa Catarina, foi D. José Caetano da Silva Coutinho, prelado com sede no Rio de Janeiro e com jurisdição sobre as capitanias de S. Paulo, Santa Catarina e São Pedro do Rio Grande. Essa visita se demorou de 7 de agosto a 2 de outubro de 1815. Ao ter conhecimento de que o bispo, para fazer essa visita, passaria por São Paulo, o Governador e capitão general dessa capitania determinou ao sargento-mór, Inácio de Sá Souto Maior, do Regimento de Cavalaria de Curitiba, para acompanhar o mesmo prelado na sua visita ao Sul, pois S. Revma. ia fazer a sua viagem «por paragens pouco seguras, infestadas de bugres e mesmo desprovidas de muitas comodidades». Na portaria que nomeou Inácio de Sá, o governador de São Paulo determinava ao Governador da Vila de Paranaguá, aos Ministros das Comarcas, aos comandantes militares e capitães mores e a todas as pessoas sujeitas ao seu governo que prestassem todo o auxílio de que o bispo necessitasse «para o bom comodo e segurança da sua viagem, a prontando-se-lhe víveres, apozentaria, animais, canoas para passagem de rios e baías e mesmo piquetes de cavalaria para o acompanharem».

TRES PINGOS DE HISTORIA

★ A situação política de Blumenau, nos idos de 1893, era das mais tensas e delicadas, como, aliás, em todo o Estado de Santa Catarina e o do Rio Grande do Sul. Pica-paus e maragatos traziam a população em constantes sobressaltos. Os republicanos, em Blumenau, haviam infligido, nas eleições de 21 de janeiro desse ano, formidável derrota ao governo do Estado, adversário de Florianópolis, elegendo toda a Câmara Municipal, então composta de 7 membros.

★★ Blumenau, nos muitos episódios em que tomou parte muito ativa, distinguiu-se pelo seu altaneirismo, pela sua coragem na defesa do ponto de vista político esposado ao lado do Marechal de Ferro. Um dos chefes do partido Republicano era o engenheiro Hercílio Pedro da Luz, havia pouco nomeado chefe da Repartição Geral das Terras Públicas em Blumenau. Homem impulsivo, violento, mas amigo dos seus amigos e grande patriota, soube, em pouco tempo, projetar por todo o Estado, o prestígio que conquistara pelo seu arrojo e dedicação á causa republicana. Na capital do Estado de que ele, pouco depois, mudaria o nome de Desterro para Florianópolis, dominada pelos maragatos, as coisas também andavam pretas.

★★★ Para por fim a uma situação que estava causando sérios prejuízos á vida economica e social de S. Catarina, Blumenau, pelos seus chefes políticos, resolveu intervir enérgica e prontamente. Assim, a 22 de julho de 1893, a Câmara Municipal reuniu-se extraordinariamente. E, com uma assistencia de mais de cinquenta dos próceres políticos do Município, vindo dos mais longínquos recantos, o presidente Henrique Probst, cofiando a barba patriarcal, anuncia: "O povo catarinense, cansado das arbitrariedades do governo de Desterro, resolveu proclamar o Dr. Hercílio Pedro da Luz, Governador do Estado. E esta Câmara está reunida para tomar-lhe o compromisso e empossá-lo no elevado encargo. Uma salva de palmas, e o nosso governador pronuncia o juramento, enquanto da assistencia, de pé, o aclama entusiasticamente". A ata lavrada, na ocasião, embora chamuscada pelo incendio de 1959 é um dos mais interessantes e valiosos documentos do nosso Arquivo Histórico.



C E L E S C

Centrais Elétricas de
Santa Catarina S. A.

SETOR BLUMENAU - Cx. Postal, 27 - Al. Duque de Caxias, 63 - End. Tel: «SETORCELESC»
SANTA CATARINA

I n d ú s t r i a T e x t i l

Companhia Hering

BLUMENAU - Estado de Santa Catarina - BRASIL

Rua Hermann Hering, 1790 — Caixa Postal, Nº. 2

Telegr: «TRICOT»

HERING

Fábrica de:

ARTEFATOS DE MALHA

FUNDADA EM 1880

Contribuindo para a

Grandeza do Brasil

em seu Comércio

e Indústria